**FUNCIONÁRIO PÚBLICO — ACUMULAÇÃO REMUNERADA —
CORRELAÇÃO DE MATÉRIAS — BOA-FÉ**

— A correlação de matérias é exigível em qualquer dos casos de acumulação permitida.

— No caso de acumulação de boa-fé, ocorrida quando a correlação de matérias não foi investigada, ou admitida, procede-se à desacumulação compulsória, mediante processo administrativo, facultada a opção por um dos cargos.

— Interpretação do art. 193 do Estatuto dos Funcionários Públicos Cíveis da União.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

PROCESSO P. R. N.º 109.742-52

Despacho do Presidente da República — Consultoria Geral da República — E. M. n.º 27, de 10 de fevereiro de 1953, submetendo à consideração presidencial o Parecer n.º 235-T, de mesma data, relativo à desacumulação compulsória de cargos públicos de magistério, quando não haja correlação de matérias, na forma dos arts. 188, n.º II, e 193, do Estatuto dos Funcionários Públicos Cíveis da União. “Aprovado. Em 13-2-953”. (Rest. proc. ao M. E. S., em 21 de fevereiro de 1953).

*

PARECER

I

1. O Ministério da Educação e Saúde entendia, em certa época, que a “correlação de matérias” a que alude o artigo 185, da Constituição, ao dispor sobre as acumulações remuneradas, somente era exigível quando se tratasse de exercício simultâneo de um cargo de magistério e outro técnico ou científico; se a acumulação fôsse de dois cargos

de magistério a correlação era dispensável.

2. Contra este ponto de vista decidiu o Exmo. Sr. Presidente da República, ao aprovar a Exposição de Motivos n.º 313, de 11 de abril de 1951, do Departamento Administrativo do Serviço Público, e o parecer que emiti sob n.º 36-T (*Diário Oficial*, de 31-7-51, pág. 11.347; *Pareceres do Cons. Ger. da República*, vol. I, março-dezembro de 1951, pág. 177).

3. Pergunta agora o Ministério ao D. A. S. P. como proceder em relação aos casos anteriormente consumados, de acordo com o entendimento repudiado. E este órgão, depois de expor ao Excelentíssimo Sr. Presidente da República os trâmites da controvérsia, sugeriu a S. Excia. a audiência desta Consultoria Geral, o que foi aprovado.

4. O novo Estatuto dos Funcionários (Lei n.º 1.711, de 28-10-52), no artigo 188, n.º II, esposou a tese de que “correlação de matérias” é exigível em qualquer dos casos de acumulação. E no art. 193 dispõe que “verificada em processo administrativo acumulação

proibida, e provada a boa-fé, o funcionário optará por um dos cargos”.

5. Dá, assim, o texto legal resposta à consulta. Não pode mais constituir objeto de controvérsia, na esfera administrativa, a excelência desta ou daquela interpretação, uma vez que o legislador optou expressamente por uma delas. Constitui, portanto, preceito legal e imperativo, a exigência da correlação de matérias; não é mais uma decisão administrativa sujeita a variações, ao sabor do intérprete.

Considerando, porém, que tais acumulações se constituíram com o beneplácito ministerial, os acumuladores não de ser considerados de boa-fé. Em processo administrativo regular será apurada tal circunstância, bem como a correlação de matérias, em cada caso concreto.

6. Resta esclarecer, finalmente, que o fato da acumulação haver resultado de decisão administrativa, não obsta à desacumulação compulsória. O próprio Estatuto (art. 193), considera as hipóteses de boa, ou de má-fé do acumulador, para impor a perda dos cargos. E a acumulação inocente é aquela que resulta de investidura com o conhecimento de causa por parte da administração, presumidamente de boa-fé.

7. E' pacífico também que a situação do funcionário é *estatutária*, e pode ser modificada a qualquer tempo, em virtude de lei nova, ainda que constituída à sombra da lei antiga. Segundo a lição de P. Roubier, em se tratando de exercício de funções públicas:

“... il convient de noter que l'incompatibilité d'une fonction publique avec telle ou telle situation peut toujours être établi par une loi nouvelle” (*Les Conflits de Lois dans le Temps*, 1933, Tome II, pág. 472).

No mesmo sentido opina Carlos Maximiliano:

“Os preceitos atuais regem o exercício das funções públicas, os poderes e deveres dos serventuários; por exemplo, tornando compatíveis ou incompatíveis dois lugares ou duas atividades oficiais, ou instituindo incompatibilidade absoluta, conforme tem sucedido com excluir de certos empregos ou profissões os naturalizados e os membros de família outrora reinante” (*Direito Intertemporal*, 1946, pág. 335).

8. Nos pareceres 77-T e 193-T, tendo sido o segundo aprovado por despacho presidencial, sustentei a tese da inexistência de “direito adquirido” à acumulação. Como estão ambos publicados oficialmente, a eles me reporto (*Pareceres do Cons. Geral da República*, volume I, março-dezembro de 1951, páginas 404-405, e *Diário Oficial* de 4 de novembro de 1952, pág. 16.967).

9. Em face do exposto, o procedimento a seguir, na espécie que deu origem à consulta, é o previsto no art. 193 do vigente Estatuto dos Funcionários Públicos Cíveis da União.

E' o que me parece.

S. M. J.

Rio de Janeiro, 10 de fevereiro de 1953. — *Carlos Medeiros Silva*, Consultor Geral da República.